

A Direcção de Planeamento.

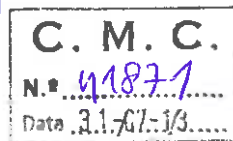
31.7.2013

010

DPGU

(Pelo D.DPGU, em febre)

A Chefe da DEU  
Eng.ª Concelção Pinheiro



**EXM.º SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
COIMBRA**

**Assunto:** Discussão Pública da 1ª revisão do PDM de Coimbra/Processo de loteamento n.º 397/97

**VICTOR MANUEL FERNANDES SOARES**, residente na Rua Gil Vicente 32-A, em Coimbra, casado, comerciante, contribuinte fiscal n.º 117 727 431, vem junto de V.ª Ex.ª, nos termos do disposto nos art. 77º, 3 e 4 do DL 380/99 e no prazo que decorre do aviso n.º 7775/2013, publicado no DR., 2ª Série, em 14 de Junho de 2013, expor e requerer:

O requerente é recorrente no processo de Recurso Contencioso de Anulação n.º 141/03 que corre os seus termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra e que respeita ao pedido de declaração de nulidade do licenciamento identificado em epígrafe .

Em tal acção judicial, entre outros fundamentos, é invocada a indevida autorização de edificação em 16 lotes de habitações uni e plurifamiliares, por tal autorização violar o conceito de zona verde de protecção, tal como definida no art. 40º do regulamento do PDM que ainda vigora.

Percorrendo os vários documentos que compõem a alteração ora proposta, o requerente verifica que a protecção conferida pela norma do art. 40º do PDM ainda vigente deverá permanecer substancialmente inalterada, sendo apenas inserida de modo diverso em termos sistemáticos (art. 105º do regulamento do PDM em revisão).

De facto a diferença entre tais normas é para mais:

Se na norma primitiva apenas se pretendia proteger a estabilidade biofísica, nomeadamente as encostas declivosas, os solos agrícolas e as linhas de água, as infra-estruturas, nomeadamente rodovias.

Agora pretende ir-se mais longe salvaguardando ainda os valores naturais, designadamente a conservação de ecossistemas, habitats, povoamentos ou formações vegetais de valor ecológico e ou didático,

assim como as intervenções nestas áreas devem promover a sua estabilidade e uma estrutura de vegetação autóctone ou adaptada às condições edafo-climáticas locais, numa perspectiva de redução do risco de incêndio e aumento da biodiversidade.

Dir-se-á, pois que o propósito regulamentar é aumentar as preocupações ambientais, vistas como necessidades e obrigações permanentes.

Será ainda de recordar que para a redacção da revidenda norma do art. 40º do regulamento em vigor concorreram reflexões como as inscritas na informação n.º 126/DRARN de 26/03/92 da Direcção Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais. Aí se lia no seu ponto 1.4:

Por estes factos e também os referidos no ponto 1.2 desta informação sugerimos que:

- a) tendo em conta que as Zonas Verdes, quer de uso público, quer de protecção, têm origem no conceito REN ou RAN não deverão estas zonas afastar-se muito deste conceito. (...)
- c) nas Áreas Verdes de Protecção haverá ainda que se justificar devidamente que área para equipamentos não vai retirar a capacidade de protecção para a qual ela foi definida.

Significa o anteriormente exposto que a qualificação de qualquer área como zona verde de protecção obedeceu e obedecerá aos interesses que, com tal classificação se visava e visa acautelar.

Ora, o requerente quer acreditar que as palavras não são *bolinhas de sabão*, ao contrário do que afirmava José Mário Branco em canção com renovadíssima actualidade.

Mas se assim é escapa à sua compreensão como pode a área em que está implantado o loteamento supra identificado (conhecido como Quinta de São Jerónimo) ver a sua área verde diminuída quer na sua extensão, quer na sua classificação.

De facto, sem qualquer justificação ou fundamentação, os 16 lotes que anteriormente integravam, total ou parcialmente, zona verde de protecção, escapam agora, por pura arte de régua, a qualquer zona verde.

E mesmo a anterior zona verde de protecção é agora requalificada em zona verde de recreio e lazer, sem que rigorosamente nada no procedimento autorize, ou sequer faça adivinhar tal alteração.

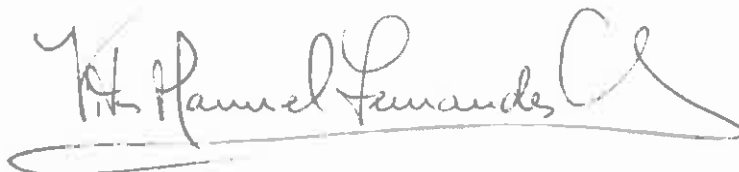
A alteração é, pois, arbitrária e parece apenas visar a satisfação dos interesses individuais dos proprietários dos 16 lotes ainda implantados em zona verde de protecção. Concretamente, a satisfação dos interesses particulares dos proprietários dos lotes **B3, B8 a B12 e A1 a A 10.**

Para que não sobejem dúvidas junta-se planta em que se demonstra o artifício cartográfico, traçando a **AZUL A ZONA** verde de protecção ainda vigente e a preto a zona verde de recreio e lazer que se pretende agora aprovar.

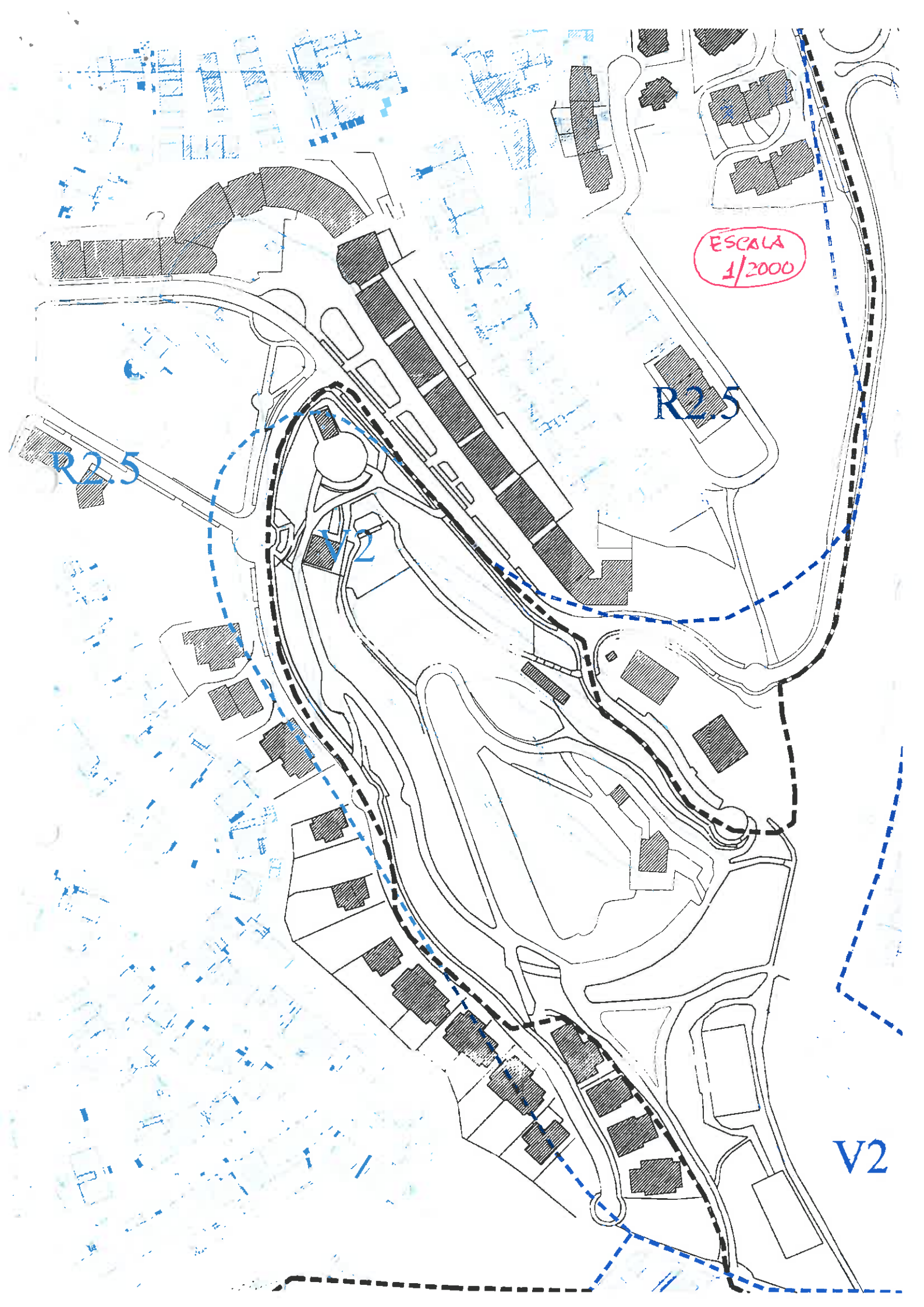
Requer, pois, que não haja qualquer alteração ao zonamento vigente na área em causa.

**Pede                      Deferimento**

**O REQUERENTE**

A handwritten signature in black ink, reading "Victor Manuel Fernandes Soares", with a long horizontal flourish extending to the right.

**VICTOR MANUEL FERNANDES SOARES**



ESCALA  
1/2000

R2.5

R2.5

V2

V2